

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
<b>Capítulo I</b>	
OS DIREITOS DA PERSONALIDADE .....	7
1. Conceito e evolução histórica .....	7
2. Características .....	14
3. Tutela à pessoa jurídica .....	16
4. Direitos da personalidade na Constituição Federal .....	18
5. Direitos da personalidade em espécie .....	23
6. Direitos da personalidade tuteláveis na produção da prova .....	28
6.1. O direito à vida privada e à intimidade .....	31
6.2. O direito à honra .....	35
6.3. O direito à imagem .....	37
6.4. O direito ao sigilo .....	39
<b>Capítulo II</b>	
A PRODUÇÃO DA PROVA .....	43
7. Princípios processuais constitucionais .....	43
8. Princípios constitucionais e direitos da personalidade .....	47
9. Princípio do devido processo legal .....	50
9.1. Devido processo legal em sentido genérico .....	51
9.2. O <i>procedural due process</i> .....	51
10. Princípio do livre acesso ao Poder Judiciário .....	52
11. Princípio do contraditório e da ampla defesa .....	54
12. O sistema de produção da prova .....	55
12.1. Produção da prova no processo civil .....	57
12.2. Produção da prova no processo penal .....	60
12.3. Produção da prova no processo administrativo .....	62
12.4. Delimitação do tema .....	64
13. Meios de prova que envolvem direitos da personalidade ....	65
13.1. Interceptação das comunicações telefônicas .....	68

13.2. Gravação, interceptação e escuta ambiental .....	72
13.3. Quebra do sigilo bancário .....	74
14. Conclusão parcial .....	80

### Capítulo III

PROVAS ILÍCITAS .....	83
15. Conteúdo e alcance .....	83
16. Evolução doutrinária e jurisprudencial .....	87
17. Classificação .....	90
18. Relação entre as provas ilícitas e os direitos da personalidade .....	92
19. Provas ilícitas derivadas .....	93
20. Exclusão e admissão das provas ilícitas .....	95
21. Importância da ilicitude da prova para a análise da responsabilidade civil .....	97

### Capítulo IV

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE .....	101
22. Conteúdo jurídico .....	101
23. Evolução doutrinária e jurisprudencial .....	106
24. Subprincípios da proporcionalidade .....	110
25. Proporcionalidade e razoabilidade .....	112
26. Alcance .....	121
27. Proporcionalidade como princípio constitucional implícito .....	124
28. A proporcionalidade no aproveitamento da prova .....	127
28.1. Proporcionalidade nas comunicações telefônicas .....	128
28.2. Proporcionalidade e as cartas pessoais, telegramas e papéis particulares .....	129
28.3. Proporcionalidade na gravação ambiental .....	131
28.4. Proporcionalidade no exame pericial de DNA .....	132
28.5. Proporcionalidade e requisição judicial de dados sobre o patrimônio da pessoa .....	135
28.6. Proporcionalidade, busca pessoal e identificação dactiloscópica .....	136
28.7. Proporcionalidade na quebra do sigilo bancário .....	138
29. Proporcionalidade na responsabilidade civil decorrente da produção da prova .....	140

**Capítulo V**

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL NA PRODUÇÃO DA PROVA</b> ....	143
30. Considerações gerais sobre responsabilidade civil .....	143
31. O dano aos direitos da personalidade .....	146
32. Delimitação da responsabilidade civil decorrente da prova ..	149
33. A exegese dos meios de prova e o grau de envolvimento dos direitos da personalidade .....	152
34. Critérios de aferição quanto à responsabilidade civil decor- rente da prova .....	155
34.1. A ilicitude dos meios de prova .....	156
34.2. O momento processual da prova e o juízo de admis- sibilidade .....	160
34.3. A prova criminal e a prevalência do interesse público ..	163
34.4. O critério secundário da carga de eficácia da prova na solução da lide .....	170
35. Princípio da proporcionalidade, princípio da razoabilidade e o conceito de prova razoável .....	171
36. Considerações sobre responsabilidade civil e processo .....	174
36.1. Responsabilidade civil decorrente da persecução cri- minal e da formação do processo .....	176
36.2. Responsabilidade civil decorrente do exercício da advocacia .....	179
36.3. Responsabilidade civil decorrente do processo admi- nistrativo tributário .....	184
36.4. Responsabilidade civil e dano processual .....	186
37. Considerações sobre a responsabilidade do Estado .....	189
38. Análise casuística .....	198
 <b>CONCLUSÃO</b> .....	 201
 <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	 207